



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

RESOLUÇÃO Nº 55, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2005

(a ser publicada)

Estabelece diretrizes para elaboração do Plano de Utilização da Água na Mineração - PUA, conforme previsto na Resolução CNRH nº 29, de 11 de dezembro de 2002.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 e pelo Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003;

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída pelo Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água; e

Considerando que o Plano de Utilização da Água na Mineração é o documento que subsidiará a autoridade outorgante na análise do pedido de outorga de direito de uso de recursos hídricos para empreendimentos de mineração, conforme determina o §1º do art. 4º da Resolução CNRH nº 29, de 11 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer diretrizes para elaboração do Plano de Utilização da Água na Mineração, conforme previsto na Resolução CNRH nº 29, de 11 de dezembro de 2002.

Art 2º Para fins desta Resolução, serão adotadas as seguintes definições:

I – Plano de Utilização da Água na Mineração - PUA: documento que, considerando o porte do empreendimento minerário, descreve as estruturas destinadas à captação de água e ao lançamento de efluentes com seus respectivos volumes de captação ou diluição, os usos e o manejo da água produzida no empreendimento, o balanço hídrico do empreendimento, as variações de disponibilidade hídrica gerada pelo empreendimento na bacia hidrográfica, os planos de monitoramento da quantidade e qualidade hídrica, as medidas de mitigação de eventuais impactos hidrológicos e as especificidades relativas aos sistemas de rebaixamento de nível de água, se houver;

II – Medidas de mitigação de impactos hidrológicos: medidas propostas pelo empreendedor e aprovadas pela autoridade outorgante, visando minimizar os possíveis impactos nos recursos hídricos que venham a comprometer os usos múltiplos.

Art. 3º O PUA será exigido para os empreendimentos minerários sujeitos à outorga de direito de uso de recursos hídricos, observado o disposto no art. 9º da Resolução CNRH nº 29, de 2002.

Parágrafo único. O PUA não exige o empreendedor do cumprimento da legislação aplicável, em especial as legislações ambiental e minerária.

Art 4º Para fins desta Resolução, considera-se:

I - Porte I: os empreendimentos minerários cujos usos ou interferência nos recursos hídricos sejam quaisquer dos previstos neste inciso e tão somente:

- a) derivação ou captação de água superficial ou extração de água subterrânea, para consumo final ou insumo do processo produtivo;
- b) lançamento de efluentes em corpos de água;
- c) aproveitamento de bens minerais em corpos de água;
- d) sistemas de transporte de produtos minerários.

II - Porte II: os empreendimentos minerários em que pelo menos um dos usos ou interferências nos recursos hídricos sejam quaisquer dos previstos neste inciso:

- a) captação de água subterrânea com a finalidade de rebaixamento de nível de água;
- b) desvio, retificação e canalização de cursos de água necessários às atividades de pesquisa e lavra;
- c) barramento para decantação e contenção de finos em corpos de água;
- d) barramento para regularização de nível ou vazão;
- e) sistemas de disposição de estéril e de rejeitos;
- f) outros usos não previstos no inciso I deste artigo.

Parágrafo único. A classificação prevista neste artigo observa o porte do empreendimento minerário, associado exclusivamente ao uso ou interferência nos recursos hídricos da respectiva atividade.

Art. 5º Para empreendimentos classificados como Porte I, o PUA deverá conter a identificação do requerente, a caracterização do empreendimento, a localização geográfica do(s) ponto(s) característico(s) objeto do pedido de outorga de direito de uso de recursos hídricos, incluindo nome do corpo de água e da bacia hidrográfica principal, a finalidade do uso da água, o balanço hídrico do empreendimento e sua evolução no tempo, o cronograma de implantação do empreendimento, a anotação de responsabilidade técnica relativo a elaboração do PUA e, ainda, quando couber:

I - para derivação ou captação de águas superficiais ou extração de águas subterrâneas para consumo final ou insumo do processo produtivo:

- a) descrição das estruturas destinadas à captação de água;
- b) vazão máxima instantânea e volume diário que se pretenda derivar ou captar;
- c) regime de variação anual e mensal, em número de dias e horas de captação, em cada mês, e de número de horas de captação, em cada dia;
- d) justificativas técnicas para as vazões demandadas;

II – para lançamentos de efluentes em corpos de água:

- a) descrição do sistema de tratamento de efluentes;
- b) vazão máxima instantânea e volume diário a ser lançado no corpo de água receptor;
- c) regime de variação anual e mensal, em número de dias e horas de lançamento em cada mês e de número de horas de lançamento em cada dia;
- d) concentrações e cargas de poluentes físicos, químicos e biológicos, necessários a caracterização dos efluentes;

e) justificativas técnicas para os lançamentos demandados e seus padrões de qualidade previstos;

III – para interferência decorrente do aproveitamento de bens minerais em corpos de água, o estudo hidráulico apresentando perfil longitudinal e características geométricas das principais seções transversais do trecho em que será realizada a interferência, antes e após a realização da intervenção, considerando possíveis efeitos causados a jusante e a montante da seção.

IV – para os sistemas de transporte de produtos minerários:

- a) descrição do traçado do sistema de transporte de produtos minerários e das travessias em corpos de água;
- b) vazão utilizada para o transporte e regime de operação.

Art. 6º Para empreendimentos classificados como Porte II, o PUA deverá conter, além das informações citadas no art. 5º, o estudo hidrológico para determinação de disponibilidade hídrica, o programa de monitoramento dos recursos hídricos, as medidas de mitigação de eventuais impactos hidrológicos e, ainda, quando couber:

I – para captações de águas subterrâneas com a finalidade de rebaixamento de nível de água:

- a) descrição das estruturas de captação da água subterrânea que compõem o sistema de rebaixamento;
- b) identificação dos sistemas aquíferos e seus inter-relacionamentos;
- c) determinação da direção do fluxo subterrâneo;
- d) identificação das possíveis alterações nos corpos de água;
- e) prognóstico das condições futuras dos corpos de água ao final da operação do sistema de rebaixamento e quando os mesmos atingirem sua condição de equilíbrio;
- f) plano de uso da água subterrânea proveniente do desaguamento;

II – para desvio, canalização e retificação de cursos de água necessários às atividades de pesquisa e lavra:

- a) justificativa técnica para a realização da intervenção;
- b) coordenadas geográficas do início e fim da intervenção;
- c) estudo hidrológico para a definição da vazão de projeto a ser transportada no trecho de intervenção com seu respectivo tempo de retorno;
- d) estudo de dimensionamento hidráulico das obras referentes à intervenção, para a vazão de projeto;
- e) para fins de desvio, apresentar possível influência em usos de recursos hídricos no trecho a ser desviado e proposição de alternativas para atendimento desses usos;
- f) para fins de canalização e retificação, estudo hidráulico mostrando o perfil da linha de água para a vazão de projeto no trecho de intervenção, avaliando os possíveis efeitos a montante e a jusante;

III – para barramento de decantação e contenção de finos em corpos de água:

- a) estudos hidrológicos para a definição das vazões de projeto com seus respectivos tempos de retorno;
- b) estudos hidráulicos relativos às estruturas de descarga;

IV – para barramento de regularização de nível ou vazão:

- a) estudo hidrológico de avaliação da capacidade de regularização;
- b) estudos hidráulicos relativos às estruturas de descarga;
- c) curva cota-área-volume do reservatório;

- d) estudo hidrológico para a definição das vazões de cheia, com seus respectivos tempos de retorno;

V – para sistemas de disposição de estéril e de rejeitos:

- a) estudos hidráulicos relativos às estruturas de descarga;
- b) estudos hidrológicos para a definição das vazões de projeto com seus respectivos tempos de retorno;
- c) características do rejeito, informando a vazão lançada e o percentual de sólidos.

Art. 7º Em função das características do empreendimento, considerados o potencial de uso ou interferência nos corpos de água e as substâncias minerais explotadas, a autoridade outorgante poderá motivadamente simplificar ou complementar as exigências do PUA.

Art. 8º O PUA deverá referir-se a cada etapa e fase previstas para a atividade minerária, devidamente autorizadas pelo Ministério de Minas e Energia, e deverá, sempre que necessário, ser atualizado junto às respectivas autoridades outorgantes.

Parágrafo único. Quaisquer alterações relativas aos usos ou interferências em recursos hídricos deverão ser precedidas de requerimento e de atualização do PUA perante a autoridade outorgante, para fins de análise e decisão, podendo resultar em alterações na outorga de direito de uso de recursos hídricos.

Art. 9º O PUA deverá observar as prioridades e diretrizes estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA
Presidente

JOÃO BOSCO SENRA
Secretário Executivo